

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁBIO TÓFOLO REIS

AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA NA CONFIGURAÇÃO  
NORTE-SUL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DA COOPERAÇÃO À  
INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA (1970-2008)

CURITIBA  
2014

FÁBIO TÓFOLO REIS

AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA NA CONFIGURAÇÃO  
NORTE-SUL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DA COOPERAÇÃO À  
INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA (1970-2008)

Trabalho apresentado como parte dos requisitos à obtenção do grau de especialista no curso de Especialização em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Biscaia de Lacerda.

CURITIBA  
2014

## RESUMO

O presente estudo apresenta as relações entre China e América Latina a partir da emergência da configuração Norte-Sul nas relações internacionais durante a década de 1970, marcando o início da polarização mundial embasada no conflito de interesses entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente. A partir de uma perspectiva histórico-sociológica, buscou-se, primeiramente, delinear o processo de configuração Norte-Sul nas relações internacionais, objetivando mostrar de que forma se constituiu a cooperação Sul-Sul e, assim, as diretrizes que direcionariam as relações sino-latino-americanas desde então. Em seguida, procurou-se apontar fatores respectivos ao desenvolvimento das relações de cooperação sino-latino-americanas. Posteriormente, atentou-se em expor os contornos sofridos nas relações entre as duas regiões a partir da década de 1990, em um contexto de redefinições na cooperação Sul-Sul, de diferenciação da estrutura macroeconômica da China em comparação a da América Latina, além da ascensão chinesa no sistema internacional. Por último, buscou-se explicar como que as relações sino-latino-americanas passaram a se caracterizar, ao longo dos anos 2000, pela interdependência assimétrica, com a América Latina possuindo maior dependência da China do que o contrário. A título de conclusão, sustentou-se que as relações entre China e América Latina adquiriram aspectos de relações Norte-Sul, mas que, porém, não devem ser consideradas como sendo igual às relações tradicionais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Palavras-Chave: China, América Latina, Relações Norte-Sul, Cooperação Sul-Sul, Interdependência Assimétrica.

## **ABSTRACT**

This study presents the relations between China and Latin America from the emergence of North-South configuration in international relations during the 1970s as the beginning of the global polarization grounded in conflict between developed and developing countries, respectively. From a historical and sociological perspective, we sought, first, to outline the process of North-South configuration in international relations, aiming to show how was established the South-South cooperation and pinpoint the elements that directed the Sino-Latin America relations since. Then we seek to point factors related to the developed cooperation in Sino-Latin-American relations. Subsequently, we looked into the contours suffered in relations between the two regions from the 1990s, in a context of redefinitions in South-South cooperation, differentiation of the macroeconomic framework of China compared to Latin America and the Chinese rise in the international system. Finally, we sought to explain how the Sino-Latin American relations began to characterize, over the 2000s, by the asymmetric interdependence with Latin America having greater dependence on China than otherwise. In conclusion, it is argued that relations between China and Latin America acquired aspects of North-South relations, but which, however, should not be considered as equal to the traditional relations between developed and developing countries.

**Key-Words:** China, Latin-America, North-South Relations, South-South Cooperation, Asymmetric Interdependence.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A CONFIGURAÇÃO NORTE-SUL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	8
3. O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SINO-LATINO-AMERICANA .....	14
4. A DIFERENCIAÇÃO MACROECONÔMICA ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA.....	19
5. OS CONTORNOS NAS RELAÇÕES SINO-LATINO-AMERICANAS .....	25
6. A INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA SINO-LATINO AMERICANA .....	30
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

As relações políticas e econômicas entre China e América Latina<sup>1</sup> tiveram início na segunda metade do século XIX, porém, passaram a se intensificar apenas na segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1970, um processo que se inseriu em um contexto internacional marcado pela divisão Norte-Sul como expressão de um mundo polarizado entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente.

As antinomias presentes nas relações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento haviam levado à configuração Norte-Sul nas relações internacionais durante a década de 1970, propiciando o estabelecimento das relações de cooperação Sul-Sul tendo em vista a consecução de objetivos de desenvolvimento que os países subdesenvolvidos tinham em comum, um movimento que passou a direcionar as relações entre China e América Latina desde então.

No interior desse processo, no entanto, o impulso desenvolvimentista promovido pela China passou a provocar alterações nas suas relações com a América Latina a partir dos anos de 1990, tendo efeitos negativos no âmbito econômico, que se agudizaram nos anos 2000, quando também passaram a haver reversões no âmbito político, indicando, assim, o surgimento de contornos característicos de relações Norte-Sul, dentro do que, se conformou entre as duas regiões uma interdependência assimétrica desfavorável ao subcontinente latino-americano.

Constitui o objetivo deste estudo, portanto, apresentar a trajetória seguida pelas relações sino-latino-americanas entre 1970 e 2008, buscando mostrar como que China e América Latina começaram a estreitar seus laços tendo como direcionamento as concepções referentes às relações de cooperação do tipo Sul-Sul e de que forma esse relacionamento assumiu feições de relações do tipo Norte-Sul com o subcontinente latino-americano apresentando uma maior dependência em relação ao país asiático.

---

<sup>1</sup> Na acepção aqui utilizada, o termo América Latina deve ser entendido como a região que compõe a América Central, a América do Sul, o Caribe, além do México, localizado na América do Norte.

Como instrumento de análise, este estudo teve um enfoque histórico-sociológico pautado em exame bibliográfico, através do qual se procurou contextualizar as relações sino-latino-americanas na cooperação Sul-Sul destacando as ações da política externa da China voltadas para a América Latina ao longo de cerca de quatro décadas, buscando ainda apontar as realizações que tiveram em matéria de cooperação nos campos político, econômico e científico-tecnológico, assim como em quais aspectos sofreram reversões que indiquem relações do tipo Norte-Sul.

Para tanto, ainda que pesem as diferenças existentes entre os países latino-americanos, tomamos a América Latina como uma unidade analítica tendo em vista a concepção estrutural de que seus países compartilham de certos traços em comum relacionados a fatores geopolíticos e de inserção internacional. No entanto, como forma de compreender o todo, por vezes, será necessário apontar algumas especificidades nacionais no que tange as relações com o país asiático em questão.

Para efeitos do presente estudo, faremos na sessão 2 um breve esboço da gênese da configuração Norte-Sul nas relações internacionais objetivando traçar o panorama e as diretrizes forjadas que nortearam o início do estreitamento, assim como a progressão das relações sino-latino-americanas.

Na sessão 3, descreveremos as duas primeiras décadas das relações entre China e América Latina a partir da polarização Norte-Sul nas relações internacionais, intencionando mostrar de que forma foram se desenvolvendo as relações de cooperação Sul-Sul entre as duas regiões.

Na sessão 4, abordaremos os aspectos referentes à diferenciação macroeconômica entre China e América Latina que sejam julgados necessários à compreensão das mudanças ocorridas na dinâmica das relações entre as duas regiões a partir da década 1990.

Na sessão 5, discorreremos sobre o início das alterações nas relações entre China e América Latina, ocorridas, primeiramente, no âmbito econômico-comercial, mas, que, em seguida, em um contexto marcado pela ascensão chinesa, se estenderam para o âmbito político, conferindo às relações sino-latino-americanas contornos de relações Norte-Sul.

Na sessão 6, a partir dos contornos ocorridos nas relações sino-latino-americanas, analisaremos como se estabeleceu entre China e América Latina uma relação de interdependência assimétrica, na qual, o país asiático se revela

economicamente muito mais importante para a maioria dos países latino-americanos do que o contrário.

Por fim, faremos breves considerações finais a respeito das novas relações entre China e América Latina, sustentando que as relações sino-latino-americanas se caracterizam pelo tipo de relações Norte-Sul, porém, observando a existência de alguns fatores que indiquem que as mesmas não podem ser vistas como as relações tradicionais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

## **2. A CONFIGURAÇÃO NORTE-SUL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Os impactos que o advento da Revolução Industrial passou a causar no equilíbrio de forças dentro de nações e entre nações a partir do seu surgimento em meados do século XVIII, tiveram como consequência uma ampliação crescente do nível de desenvolvimento entre nações que se industrializaram e as demais, um processo que até o início do século XX, fragmentaria o globo em poucas nações modernas e ricas e muitas nações atrasadas e pobres, respectivamente (LANDES, 1998, pp. 207, 216).

A expansão da industrialização durante o século XIX, se estendendo da Grã-Bretanha para alguns países da Europa, além de Estados Unidos e Japão, havia feito com que essas nações industrializadas acirrassem o colonialismo e as guerras como forma de conquistar novos fornecedores e possíveis mercados<sup>2</sup>, tendo estabelecido, dessa maneira, um tipo de vínculo com as demais nações, através do qual, propiciou que grupos vinculados à exportação de produtos primários se fortalecessem pelo lucro que auferia tal comércio, mas também pela ruína de elementos modernizantes (DOWBOR, 1983, p. 41).

---

<sup>2</sup> Vale observar que na América Latina, a dominação econômica e a pressão política, quando necessária, não foram feitas por meio da conquista formal. A região latino-americana, independente, de modo geral, desde 1825, não sofreu com a rivalidade entre as grandes potências, além do mais, nem mesmo a Grã-Bretanha via boa razão para hostilizar os Estados Unidos, desafiando a Doutrina Monroe, lançada em 1823 e que expressava hostilidade a qualquer intervenção de outras potências no hemisfério ocidental (HOBBSAWM, 1998, p. 90; MOREIRA, 2010, pp. 43-44). A África e a Ásia, por outro lado, foram inteiramente divididas (HOBBSAWM, 1998, p. 89), tendo a China, por exemplo, sofrido a imposição de vinte e seis tratados desiguais pelas grandes potências, que retalharam seu território em enclaves colocando-os sob suas respectivas jurisdições (HUTTON, 2008, p. 67).

Para essas oligarquias que emergiram nas colônias ou semicolônias, não interessava a industrialização, não significando isso dizer, contudo, que os países industrializados facilitaram, onde ocorreu, qualquer intento de industrialização nessas regiões, fazendo com que as sociedades, as quais pertenciam esses grupos, evoluíssem especializando-se na produção de um ou dois produtos de exportação para os mercados dos países industrializados, do qual ficaram totalmente dependentes e vulneráveis às oscilações de preço (HOBSBAWM, 1998, pp. 95, 98, 99, 101).

Com o estopim da Crise de 1929, da qual se seguiu a Grande Depressão na economia mundial, abalando tal sistema de trocas, processos de industrialização foram iniciados no mundo subdesenvolvido, primeiramente, em países da América Latina<sup>3</sup> e outras poucas nações independentes na década de 1930, posteriormente, se estendendo para países recém-criados ao longo de três levas de independência colonial, primeiro, na Ásia, na década de 1940, em seguida, no Oriente Médio e Norte da África, nas décadas de 1940 e 1950, e finalmente, na África Subsaariana, no fim da década de 1950 e durante a década de 1960 (FRIEDEN, 2008, p. 343).

O componente desenvolvimentista presente nesse processo levaria as relações internacionais na década de 1970, se centralizarem em torno das antinomias presentes nas relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (SARAIVA, 2001, p. 63), que, nesse período, sintetizados nos termos “Norte” e “Sul”, respectivamente (HOBSBAWM, 1995, p. 353), abriram espaços para negociações visando superar os impasses acerca do comércio mundial, do uso da tecnologia, dos recursos naturais e financeiros (WOLKMER, 1989, p. 18).

O início do delineamento da configuração Norte-Sul nas relações internacionais, dessa forma, foi desencadeado com o surgimento do movimento

---

<sup>3</sup> A crise da economia mundial capitalista desencadeada em 1929, resultando nos países desenvolvidos, o fechamento dos mercados e reforço do protecionismo, deu forma na América Latina, a um processo de modernização econômica. A redução das exportações primárias da América Latina associada a novas demandas sociais que emergiram na década de 1930 contribuíram para o reajuste das estruturas de poder na região, que mediante eleições, revoluções ou golpes de estado, levaram as elites conservadoras a abrirem espaço para dirigentes inclinados a promover o desenvolvimento econômico através da industrialização, dando início assim, a construção do paradigma desenvolvimentista latino-americano, que viveria seu apogeu de 1945 ao final da década de 1970 (CERVO, 2007, pp. 7, 8, 32, 37, 67). O modelo da América Latina serviria de guia para grande parte dos processos de desenvolvimento que se seguiriam no resto do mundo subdesenvolvido após a década de 1930 (FRIEDEN, 2008, p. 333).

denominado de “Terceiro Mundo”<sup>4</sup>, formalizado em 1955, durante a Conferência de Bandung, Indonésia, quando países afro-asiáticos anunciaram uma identidade política, tendo como ideia base a transformação da ordem internacional (VAÏSSE, 2013, pp. 69-71; VIGEVANI, 1990, p. 13).

Nos anos de 1960, países da América Latina e a Iugoslávia se integraram ao movimento terceiro-mundista (VIGEVANI, 1990, p. 52), dando forma a um processo de concertação entre países subdesenvolvidos que passaram a priorizar seus vínculos objetivando gerar novos padrões de relações entre si, ampliar suas próprias perspectivas de desenvolvimento e criar um espaço que lhes conferisse maior poder de negociação nos fóruns multilaterais (COLACRAI, 2009, p. 86).

Dentro dessa nova situação nas relações internacionais, em 1963, diante da insatisfação com o comércio internacional e da atuação do fórum instituído em 1947, com base no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1944 (GATT em sua sigla em inglês)<sup>5</sup>, 75 países em desenvolvimento elaboraram e apresentaram conjuntamente na Organização das Nações Unidas (ONU) uma declaração advogando “uma nova divisão internacional do trabalho, com novos padrões de produção e comércio, se necessário” (CANÇADO TRINDADE, 1984, p. 215).

No ano seguinte, em 1964, realizou-se a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD em sua sigla em inglês) em perfeita sintonia com o “espírito de Bandung” (SATO, 2012, p. 150), que se institucionalizou como órgão da Assembleia Geral da ONU, tendo como seu primeiro secretário geral, Raúl Prebisch, economista argentino que havia presidido o Banco Central da Argentina e chefiado a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL)<sup>6</sup> (COLACRAI, 2009, p. 86, nota 4).

Nessa ocasião, no interior da criação da UNCTAD, foi constituído o chamado Grupo dos 77, fruto da articulação dos países em desenvolvimento para criar uma

---

<sup>4</sup> O termo “Terceiro Mundo” havia sido cunhado em 1952, por dois jornalistas franceses, Alfred Sauvy e Georges Balandier, ao comparar a emergência dos países pobres com as classes que na França pré-revolucionária constituíram o Terceiro Estado (VIGEVANI, 1990, p. 7).

<sup>5</sup> Havia uma percepção negativa por parte dos países em desenvolvimento sobre as organizações internacionais existentes, em particular o GATT, que teria sido constituído para atender aos interesses dos países industrializados, possuindo, dessa forma, uma estrutura viciada (SATO, 2012, p. 150).

<sup>6</sup> Analistas que haviam surgido na América Latina durante a década de 1930, criticando o atraso e postulando a superação da dependência externa em relação aos países centrais, entre os quais, Prebisch, tinham dado origem à Escola da Dependência, que teve como um dos grandes centros do desenvolvimento de suas ideias a CEPAL, criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de orientar e fomentar o desenvolvimento do subcontinente (SARFATI, 2009, pp. 134-135). Dessa forma, a América Latina, além de oferecer, desde a década de 1930, um modelo prático de desenvolvimento ao resto do mundo subdesenvolvido, também passou a oferecer, através da CEPAL, argumentos de ordem intelectual cujos postulados haviam ganhado projeção mundial a partir do início da década de 1950 (FRIEDEN, 2008, p. 333).

estrutura específica a fim de falarem em uma só voz e canalizarem suas necessidades e interesses, constituindo-se assim, numa plataforma, a partir da qual, se desempenharia esforços, principalmente, nos espaços multilaterais das agências da ONU, em prol da reorganização das estruturas comerciais e econômicas internacionais<sup>7</sup> (idem, p. 86).

No início da década de 1970, a ideia de se estabelecer uma nova ordem econômica internacional se impulsionou, uma vez que, apesar do grande esforço de industrialização nos países em desenvolvimento, ainda que alguns tenham conseguido fazer algumas alterações em suas estruturas econômicas, constatava-se que, de modo geral, permaneciam essencialmente produtores e exportadores de produtos primários, não modificando a condição de subdesenvolvidos, além de terem o nível de vida até piorado em relação aos países desenvolvidos<sup>8</sup> (VAÏSSE, 2013, pp. 128-129).

Os países desenvolvidos haviam feito algumas concessões às pressões dos países em desenvolvimento, porém, insuficientes para que fizessem alguma diferença (FRIEDEN, 2008, p. 379). Além do mais, a ajuda concedida pelos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento, abarcando os setores econômico, financeiro, militar, técnico e cultural, vinha diminuindo desde 1960, o que, além do mais, vale observar, tinham motivações estratégicas dentro do quadro de rivalidade norte-americano-soviético, um dualismo condensado na expressão “Guerra Fria” (VAÏSSE, 2013, pp. 129-130).

Com efeito, em 1974, na VI Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU, foram emitidos a “Declaração sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Econômica Internacional”, o “Programa de Ação sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Econômica Internacional” e a “Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados” revelando um nítido propósito normativo de estabelecer diretrizes básicas

---

<sup>7</sup> É importante observar que, em larga medida, o Grupo dos 77 definiria sua política se utilizando de argumentos elaborados pela Escola da Dependência, que tinha como um de seus pressupostos básicos a existência de um padrão injusto de comércio entre o “centro” e a “periferia”, no que estaria embutido um processo de exploração sistemática que mantém os países subdesenvolvidos nessa condição (SATO, 2012, pp. 150-151).

<sup>8</sup> O Brasil, por exemplo, a segunda maior economia em desenvolvimento na década de 1960, atrás apenas da Índia, ainda tinha o café como o principal produto de exportação, respondendo por mais da metade do total, uma vez que, os esforços para estimular a exportação dos produtos industrializados que havia passado a produzir haviam fracassado, resultando, dessa forma, em uma série de crises geradas pela balança de pagamentos, uma situação que se repetia por todo o mundo em desenvolvimento (FRIEDEN, 2008, p. 375).

para a condução das relações econômicas internacionais que visariam criar a nova ordem internacional<sup>9</sup> (CANÇADO TRINDADE, 1984, pp. 217-218).

Em resposta, em novembro de 1975, os países de economia avançada também se articularam, reunindo-se em Rambouillet, na França, criando o Grupo dos 7, que objetivava harmonizar os seus interesses na tentativa de solucionar crises e administrar, com menos sobressaltos, a economia internacional, seguindo as mesmas considerações da chamada Comissão Trilateral (LOPES, 2005, p. 55), instituída em 1973, num processo que envolvia além de altos escalões governamentais, multinacionais e banqueiros, dos Estados Unidos, Japão e países da Europa Ocidental (WOLKMER, 1989, p. 22).

Dessa forma, por detrás da ordem bipolar, forjada pelo antagonismo irreduzível entre Estados Unidos e União Soviética no pós-1945, evidenciava-se a reorientação das relações internacionais, deslocando, ainda que as duas superpotências continuassem a monitorar o sistema internacional, a tônica dos problemas relacionados à confrontação ideológica entre norte-americanos e soviéticos para os problemas concernentes às relações entre o “Norte” e o “Sul” (VAÏSSE, 2013, p. 156; VIGEVANI, 1990, p. 78).

A Conferência Norte-Sul realizada em Paris, tendo início em dezembro de 1975 e se estendendo até junho de 1977, marcou o início da emergência dessa nova etapa nas relações internacionais, entendida por alguns como “diálogo”, e por outros, “confrontação pacífica”, entre o Norte e o Sul, seguindo-se sucessivas conferências até 1981<sup>10</sup>, mas, sem, no entanto, conseguir-se alcançar um consenso

---

<sup>9</sup> Segundo Cançado Trindade (1984, pp. 218-219), os três documentos, em conjunto e resumidamente, “afirmam claramente o direito de todo estado de regular e controlar o capital estrangeiro e as atividades das empresas multinacionais (estas sob o dever de não-intervenção nos assuntos internos do estado) da maneira que melhor aprovar. Afirmam, ademais, que nenhum estado pode ser compelido a conceder tratamento preferencial ao capital estrangeiro, e indicam *standards* a reger expropriações e nacionalizações. Os documentos enfatizam as necessidades das economias dos países em desenvolvimento, afirmam o direito desses últimos de se engajarem no comércio internacional livres de discriminações baseadas em diferenças nos sistemas políticos e econômico-sociais, e propõem uma extensão e aperfeiçoamento do sistema de preferências tarifárias generalizadas não recíprocas e não discriminatórias em benefício dos países em desenvolvimento. Finalmente, os documentos, fundamentados nos princípios da igualdade jurídica dos estados, urgem maior cooperação nas relações econômicas internacionais tendo em vista as necessidades dos países menos desenvolvidos, urgem igualmente o desenvolvimento de uma política internacional econômica através dos mecanismos da ONU, e advertem os estados a atentar para os efeitos danosos que sua política nacional econômica possa ter sobre os interesses e as economias de outros países, particularmente os menos desenvolvidos.”

<sup>10</sup> Após o início das negociações em Paris, os países industrializados buscaram articular as suas posições através de mais seis encontros, em Porto Rico (1976), Londres (1977), Bonn (1978), Tóquio (1979), Veneza (1980) e Ottawa (1981). A seu turno, os países em desenvolvimento também se articularam, lançando em 1979, devido à frustração em relação à implementação dos documentos emitidos em 1974, a ideia de “negociações globais”, incorporada pela Assembleia Geral da ONU através da Resolução 34/138, culminando num processo de

geral sobre como deveria ser erigida uma nova ordem econômica internacional mais favorável aos países em desenvolvimento (CANÇADO TRINDADE, 1984, p. 219, 222; VIGEVANI, 1990, pp. 77-78).

Nesse meio tempo, os países em desenvolvimento ampliaram o escopo da cooperação Sul-Sul, aliando à cooperação política já em andamento, a tecnológica<sup>11</sup> e a econômica, a primeira, através do lançamento do “Plano de Ação” durante a Conferência sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada em Buenos Aires, em 1978, e, a segunda, por meio da elaboração do “Programa para a Auto Suficiência Coletiva” durante a IV Reunião Ministerial do Grupo dos 77, realizada em Arusha, na Tanzânia, em 1979 (COLACRAI, 2009, pp. 87, 90).

Em 1980, ainda foi criado, no âmbito da ONU, o “Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul”, o qual ficaria encarregado de monitorar os avanços da cooperação no plano tecnológico, econômico e, também, político, que, no entanto, ao longo da década, perderia seu impulso para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional, principalmente nos âmbitos multilaterais, em especial na ONU<sup>12</sup> (idem, pp. 91-93).

A cooperação Sul-Sul, portanto, a pesar das suas alterações em sua perspectiva política nos âmbitos multilaterais, afigurava-se em um movimento irreversível, dentro do qual, já vinham se pautando as relações entre China e países da América Latina no decorrer dos anos de 1970, o que se aprofundaria progressivamente ao longo da década seguinte, paralelamente a implementação pelo governo de Pequim de um programa de reformas que impulsionou no país asiático um acelerado desenvolvimento.

---

discussões que se estendeu até a realização da Conferência de Cancun, em 1981, porém, sem resultados positivos (CANÇADO TRINDADE, 1984, pp. 220-222).

<sup>11</sup> É importante observar que tal iniciativa representava uma nova dimensão de cooperação, de forma que, não se esperava que substituísse a cooperação com os países desenvolvidos, uma vez que os países em desenvolvimento também necessitavam de transferência de tecnologias mais avançadas (COLACRAI, 2009, p. 90).

<sup>12</sup> Os intentos malogrados para a criação da nova ordem internacional evidenciavam a necessidade de se construir uma concepção distinta sobre a cooperação política Sul-Sul, tendo sido realizada em 1982, com o propósito, entre outras coisas, de reexaminar sua orientação, a Conferência de Nova Déli, reunindo 44 países em desenvolvimento (CANÇADO TRINDADE, 1984, p. 221). No ano seguinte, o presidente do Grupo dos 77, Farouk Soubhan, de Bangladesh, declararia: “não podemos mudar instituições da noite para o dia. Precisamos fazer isso gradualmente com um senso de pragmatismo e objetividade” (In: SATO, 2012, p. 153).

### 3. O DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO SINO-LATINO-AMERICANA

A bipolarização do sistema internacional no imediato pós-1945 havia colocado a China e a América Latina em lados opostos a partir de 1949, ano em que o Partido Comunista Chinês tomou o poder, dando início, em seguida, a implementação de um regime socialista convergindo-se, assim, ao bloco soviético enquanto que a América Latina permaneceria alinhada ao bloco norte-americano, resultando na interrupção das relações sino-latino-americanas.

Os contatos entre as duas regiões, no entanto, voltaram a acontecer pouco tempo depois, na esteira da emergência do movimento do “Terceiro Mundo” em meados da década de 1950, quando foram retomadas relações comerciais entre China e alguns países da América Latina<sup>13</sup> (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 232). No início da década de 1960, ocorreram alguns avanços no âmbito político<sup>14</sup>, mas o restabelecimento das relações diplomáticas veio a ganhar ímpeto somente a partir da década de 1970.

Tal fato derivou do reingresso da China na ONU contando com o apoio dos Estados Unidos<sup>15</sup>, ato consumado durante eleições na 25ª Assembleia realizada em outubro de 1971<sup>16</sup>, que a oficializou como única representante do povo chinês, marcando sua volta ao concerto das nações, tomando o lugar de Taiwan, inclusive

---

<sup>13</sup> A retomada das relações comerciais se deu em 1952, quando China e Chile assinaram um acordo comercial; no ano seguinte foi fundada a Comissão México-China de Promoção Comercial; na metade da década, a China já tinha restabelecido relações comerciais com mais três países, Argentina, Brasil e Uruguai (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 232).

<sup>14</sup> Em 1960, devido à ascensão do regime socialista de Fidel Castro, China e Cuba restabeleceram relações diplomáticas (MANN, 2002, p. 12). Também vale mencionar as visitas dos vice-presidentes do México, Bosh, e do Brasil, Goulart, ao país asiático no início da década; além de, do lado chinês, a visita de cerca de dez delegações a sete países da América Latina (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 234).

<sup>15</sup> Estados Unidos e China haviam firmado uma aliança em julho de 1971, na ocasião da viagem secreta do secretário de segurança norte-americano, Henry Kissinger, preparando a viagem do presidente Nixon para acontecer no ano seguinte (ABI-SAD, 1996, p. 79). A aliança sino-norte-americana havia sido motivada pelos interesses dos dois lados, sendo que, por parte de Washington, objetivou-se a reorganização do cenário da Ásia Oriental no pós-Vietnã e a contenção da expansão da influência soviética na região, e do lado de Pequim, a necessidade de se fortalecer sua segurança diante da crescente tensão militar que tomou as suas relações com a União Soviética depois do rompimento dos laços diplomáticos em 1960, multiplicando-se desde então, os choques na fronteira até chegar perto da eclosão de uma guerra em 1969 (ABI-SAD, 1996, pp. 63, 78-80; KISSINGER, 2011, pp. 215-216). A formação do Eixo Washington-Pequim tratou de uma revolução na diplomacia mundial, na qual os imperativos geopolíticos transcenderam as questões ideológicas que davam sentido à bipolaridade (KISSINGER, 2011, p. 265; VIZENTINI, 2006, p. 68).

<sup>16</sup> Vale observar que sete países da América Latina votaram a favor do reingresso da China à ONU, sendo eles, Cuba, Chile, Equador, Guiana, México, Peru e Trinidad y Tobago. Outros cinco, Argentina, Barbados, Colômbia, Jamaica e Panamá, se abstiveram (MANN, 2002, p. 18).

quanto ao assento permanente e ao direito de veto no Conselho de Segurança<sup>17</sup>, fórum, a partir do qual, a diplomacia chinesa buscava ser reconhecida como “potência por antecipação” influenciando em assuntos fora da sua área geográfica (ABI-SAD, 1996, p. 77).

Nos próximos anos da década de 1970, em um contexto de desgaste da ordem bipolar, no qual já se formava a configuração Norte-Sul e a cooperação Sul-Sul nas relações internacionais, as relações entre China e América Latina foram se estreitando progressivamente, sendo restabelecidas as relações diplomáticas entre Pequim e mais dez países da América Latina<sup>18</sup> e sido assinados quarenta e um acordos envolvendo questões comerciais, econômicas, de crédito, de ciência e tecnologia, culturais, de transporte marítimo, de turismo etc. (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 236).

Nesse quadro, o intercâmbio comercial desempenhado entre ambas as regiões progrediu aceleradamente, apresentando no ano de 1979, um volume total de US\$ 980 milhões, que apesar de ser uma cifra ainda baixa, correspondia a um aumento de dezoito vezes em comparação ao volume registrado no ano de 1969, demonstrando o forte progresso que tiveram as relações comerciais sino-latino-americanas ao longo da década de 1970 (idem, p. 236).

Também vale destacar a ampliação do crédito concedido pela China à América Latina, o que era exercido por meio de empréstimos, concessões ou assistência a desastres naturais, chegando, entre 1970 e 1977, a um total de US\$ 179 milhões, tendo sido distribuídos principalmente entre o Chile (US\$ 65 milhões), Guiana (US\$ 62 milhões), Peru (US\$ 42 milhões) e Jamaica (US\$ 10 milhões) (MANN, 2002, p. 23).

Durante a década de 1980, as relações sino-latino-americanas se intensificaram ainda mais, dado os estímulos que o governo chinês conferiu à cooperação dentro do esquema de assistência Sul-Sul, buscando formas objetivas de desenvolvimento em áreas determinadas, o que, entre outras coisas, fazia parte

---

<sup>17</sup> Em outubro de 1949, quando da vitória dos comunistas na China, os nacionalistas do Kuomintang, apoiados pelos Estados Unidos durante a guerra civil, se refugiaram na ilha de Taiwan fundando a República da China. Em seguida, os Estados Unidos e seus aliados posicionaram seus embaixadores em Taipei, se opondo ao reconhecimento de Pequim na ONU, onde Taiwan passou a representar o povo chinês, ocupando o Conselho de Segurança no lugar da China, tendo o mesmo acontecido em todas as outras organizações internacionais (ABI-SAD, 1996, p. 36; POMAR, 2003, p. 83).

<sup>18</sup> Com o Peru, em 1971, o México, a Argentina, a Guiana e a Jamaica, em 1972, Trinidad e Tobago, a Venezuela e o Brasil, em 1974, o Suriname, em 1976, e Barbados, em 1977 (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 235). Antes disso, com o Chile em 1970, devido à ascensão do regime socialista de Salvador Allende (MANN, 2002, pp. 12; 20).

do seu programa de reformas, em vigor desde 1979, buscando “As Quatro Modernizações”, pondo em andamento na China, um conjunto de alterações no setor político, mas, sobretudo, no econômico, promovendo uma maior abertura externa do país asiático<sup>19</sup> (ABI-SAD, 1996, p. 98).

Em 1981, ano em que foi realizada em Cancun, México, a Conferência sobre Desenvolvimento e Cooperação, o ministro das relações exteriores da China, Huang Hua, o primeiro chefe de estado a liderar uma delegação chinesa enviada à América Latina, ainda visitou outros países do subcontinente<sup>20</sup>, momento em que expressou apoio à Associação Latino Americana de Integração (ALADI), que havia sido criada em 1980, no Uruguai, pelo Tratado de Montevideu (MANN, 2002, pp. 27-28).

O governo chinês também expressou apoio à Argentina na Guerra das Malvinas, em 1982, e ao Grupo Contadora, criado em 1983 e que objetivava solucionar pacificamente o conflito instaurado na América Central<sup>21</sup>, processos que ocorreram paralelamente ao restabelecimento das suas relações diplomáticas com outros países da América Latina que até o final da década de 1980 se somariam mais sete<sup>22</sup> (MANN, 2002, pp. 27-28).

A progressão das relações políticas entre China e América Latina foi acompanhada de um crescimento sensível nas relações comerciais entre ambas as regiões, passando de um volume de US\$ 1,363 bilhão, em 1980, para US\$ 2,575 bilhões, em 1985, e para US\$ 2,969 bilhões, em 1989, registrando em toda a década de 1980 um volume total de US\$ 20,68 bilhões, valor três vezes maior que o apresentado na década anterior (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 242).

---

<sup>19</sup> As reformas na China tinham começado em 1971 com o estabelecimento da aliança com os Estados Unidos, cujos desdobramentos no plano doméstico colocaram em movimento a alteração gradual da ênfase do governo em fazer políticas de teor ideológico em favor de políticas pragmáticas, gerando um período de ambiguidades até o Terceiro Pleno, realizado em dezembro de 1978, quando se estabeleceu uma nova configuração no Partido Comunista, de inclinação reformista, liderada por Deng Xiaoping, que em 1979, formou uma Comissão Econômica e Financeira para organizar todo o processo de reajustamento e preparação para por em prática o plano de reformas e modernização elaborado por ele e Zhou Enlai, em 1975, denominado de “As Quatro Modernizações” por focar os setores da agricultura, indústria, defesa nacional e ciência & tecnologia, que redirecionaria o projeto nacional chinês de desenvolvimento, assentando-o sobre novas bases, menos ideológicas e mais pragmáticas (MARTI, 2007, p. 281; POMAR, 2003, p. 104).

<sup>20</sup> Argentina, Brasil, Colômbia e Venezuela (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 238).

<sup>21</sup>No início da década de 1980, o governo Reagan havia ampliado a ajuda militar norte-americana a governos e grupos conservadores na América Central com receio de que as mudanças em Granada e Nicarágua pudessem instaurar uma onda revolucionária por todo o subcontinente, medida essa que convulsionou toda a região levando a formação do Grupo Contadora em 1983, que composto por México, Venezuela, Colômbia e Panamá, posicionou-se a favor da não intervenção e autodeterminação dos povos. Em 1985, também se formou o Grupo de Apoio a Contadora, composto pela Argentina, Brasil, Peru e Uruguai (MOREIRA *et alli*, 2010, p. 277).

<sup>22</sup> Com o Equador e a Colômbia, em 1980, Antígua e Barbuda, em 1983, a Bolívia, a Nicarágua e Granada, em 1985, e o Uruguai, em 1988 (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 241).

Também se verificou importantes progressos nos acordos de cooperação assinados entre China e países da América Latina, como o concluído com Cuba, no setor de transporte marítimo, com o Equador, sobre cooperação econômica, com o México e a Guiana, na área cultural, e com o Brasil, envolvendo cooperação econômica, comercial, tecnológica, incluindo o uso pacífico de energia nuclear (MANN, 2002, p. 29) e, tendo maior destaque, o desenvolvimento de satélites<sup>23</sup> (ALTEMANI, 2012, p. 113).

Dentro da ação diplomática da China em relação à América Latina vale salientar a viagem feita pelo primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, a quatro países latino-americanos<sup>24</sup> em 1985, quando enfatizou a necessidade de se aprofundar o fortalecimento dos seus laços, da promoção da cooperação e dos esforços em conjunto para se preservar a paz, ainda tendo sublinhado a importância da interação econômica entre ambas as regiões como essencial para a cooperação Sul-Sul (MANN, 2002, p. 30).

No início da década de 1990, as relações de cooperação sino-latino-americanas já se encontravam bem solidificadas, inclusive, não sendo abaladas pelas repercussões internacionais negativas decorrentes do episódio ocorrido em Pequim, em junho de 1989, conhecido como o “Massacre da Praça Tiananmen”<sup>25</sup>, que desencadeou uma reação de repúdio liderada pelo Ocidente resultando na aplicação de sanções econômicas e suspensão das relações diplomáticas de diversos países com a China (ABI-SAD, 1996, p. 105).

Em 1990, o presidente chinês, Yang Shangkun, portanto, enfrentando uma grave crise diplomática, visitou cinco países da América Latina<sup>26</sup>, ocasião em que os governos latino-americanos expressaram seu apoio à China, e diferentemente de muitos outros países, além de não lhe aplicar sanções políticas e econômicas, ainda

---

<sup>23</sup> O primeiro contato entre China e Brasil para se estabelecer uma cooperação bilateral em torno da matéria espacial se deu em 1983, durante a realização da XXVI Reunião do Comitê da ONU sobre Usos Pacíficos do Espaço Exterior; em 1987, a partir da apresentação feita por técnicos chineses de um esboço de um satélite de observação de recursos terrestres, técnicos chineses e brasileiros definiram as principais diretrizes do projeto denominado de “Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres” (CBERS em sua sigla em inglês). O Projeto CBERS, firmado em 1988, tem um significado especial no modelo de cooperação Sul-Sul por não haver até o presente momento, nenhum outro projeto similar entre países em desenvolvimento, nem mesmo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento (ALTEMANI, 2012, pp. 113-115).

<sup>24</sup> Argentina, Brasil, Colômbia e Venezuela (MANN, 2002, p. 29).

<sup>25</sup> O fim violento que o governo chinês deu às manifestações que ocorriam desde abril em prol de reformas políticas que seguissem o modelo das democracias ocidentais havia resultado em um massacre. A versão dada pelo governo foi de duzentos mortos, enquanto que a Cruz Vermelha chinesa divulgou mais de dois mil mortos. Outras versões estimaram entre quinhentas e mil mortes. O número de feridos, em qualquer versão, é de milhares (QUAGGIO, 2009, p. 102).

<sup>26</sup> Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 238).

somaram esforços junto à diplomacia de Pequim na defesa do princípio de não interferência em assuntos internos (MANN, 2002, p. 34).

As relações exteriores da China só seriam normalizadas plenamente perante toda a comunidade internacional em 1992 (ABI-SAD, 1996, p. 200), mesmo ano em que a ONU realizou a Conferência sobre Meio Ambiente, no Rio de Janeiro, oportunidade em que o primeiro-ministro chinês, Li Peng, realizou consultas com países latino-americanos em clima de estreita colaboração, abrindo caminho para a visita do presidente chinês, Jiang Zemin, a Cuba e ao Brasil, em 1993 (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 239).

Durante a visita ao Brasil, Jiang Zemin, destacou a importância entre ambos os países no processo de cooperação Sul-Sul (idem, p. 239) e demonstrou o profundo interesse da China em elevar o relacionamento sino-brasileiro a um novo patamar, levando os dois países a firmarem uma parceria estratégica (ALTEMANI, 2012, p. 92), um fato, entretanto, que sinalizava alterações na ação coletiva do Sul, refletindo a nova conjuntura internacional que emergia com o fim da bipolaridade.

O crescente desgaste da ordem bipolar, que se acelerou a partir da metade da década de 1980 até chegar ao seu fim definitivo com a desintegração da União Soviética em 1991, havia introduzido novos e múltiplos paradoxos, onde as regras passaram a não ser mais relativamente estáveis, modificando-se ao longo do percurso (DUPAS, 2005, pp. 35-36), gerando relativa anarquia, em que a defesa individual dos interesses nacionais passou a primar em relação à busca consensual de soluções coletivas a problemas comuns (ALMEIDA, 2001, p. 125).

Dentro dessa nova conjuntura internacional, em meio a um contexto de fragmentação do Sul (idem, p. 122), novas dinâmicas surgiram nas relações de cooperação Sul-Sul, tendo os países de maior expressão econômica e/ou política passado a priorizar as relações entre si, objetivando tomarem uma posição comum no processo de redefinição da ordem internacional (ALTEMANI, 2012, p. 98), mas também, tendo-se os processos de integração regional passado a serem impulsionados como um dos principais instrumentos de cooperação (COLACRAI, 2009, p. 97).

Dessa forma, no conjunto, essas transformações inauguraram no início dos anos de 1990, uma era diferenciada de conflito e cooperação nas relações internacionais, criando novas modalidades que incluíam articulações complexas envolvendo dinâmicas regionais e externas, com reflexos nas relações exteriores da

China e da América Latina, e, portanto, também nas relações sino-latino-americanas, que continuariam a se desenvolver nos próximos anos, porém, sofrendo alguns contornos, além de criar assimetrias no âmbito econômico-comercial.

#### **4. A DIFERENCIAÇÃO MACROECONÔMICA ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA**

Dentro do quadro de transformações internacionais que marcaram o início da década de 1990, a fragmentação do chamado Sul tinha tido como elemento chave a ascensão da Ásia Oriental (COLACRAI, 2009, p. 94), única parte do planeta a ter apresentado um crescimento econômico constante desde a década de 1970 (VIZENTINI, 2005, p. 109), tendo ainda, desde meados da década de 1980, sido a que mais rapidamente passou a crescer na economia mundial, com o PIB girando na média de 8% ao ano (GILPIN, 2004, p. 353).

A América Latina, por outro lado, após ter tido um crescimento médio anual do PIB em torno de 5,6% na década de 1970, entrou em recessão econômica na seguinte, reduzindo sua taxa média anual para 0,9% entre 1981 e 1990 (CANO, 2012, p. 311), conformando-se um quadro em que se verificava uma situação de deterioração social e tendências ao declínio econômico na maior parte do subcontinente, situação similar a da África, onde em muitos países registrava-se a pura e simples regressão econômica (ALMEIDA, 2001, p. 122).

A continuidade do crescimento econômico na Ásia Oriental durante a década de 1980 deveu-se ao fato de não ter sido afetada pela crise financeira internacional que se instaurou no início desse período<sup>27</sup>. Enquanto a América Latina mergulhou num período de desinvestimento e instabilidade macroeconômica, a Ásia Oriental assistiu a continuidade da expansão transnacional dos investimentos diretos regionais do Japão, aprofundando um movimento presente desde a década de 1970,

---

<sup>27</sup> Durante a década de 1970, a abundância de crédito internacional, cujo maior ou menor acesso, havia permitido que países periféricos acelerassem a industrialização, alimentou, por outro lado, um forte endividamento. Com o aumento, sem precedentes, dos juros nos Estados Unidos, passando de um percentual negativo de -4,5% na primeira metade da década (SATO, 2012, p. 160) para 10% ao seu final, e entre 1979 e 1981, para 20%, com os quais a dívida dos países em desenvolvimento estava atrelada, tornando-a, portanto, muito mais cara, resultou, diante do receio dos credores internacionais, numa contração abrupta do crédito na década de 1980 (FRIEDEN, 2008, pp. 398-399).

de deslocamento industrial e produtivo de seus conglomerados para países asiáticos dotados de mão de obra mais barata<sup>28</sup> (MEDEIROS, 1998, pp. 279, 286, 287).

Nesse contexto, os investimentos do Japão na região se intensificaram a partir de 1985, voltando-se, primeiramente, para a Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, um grupo de quatro países emergentes denominados de Tigres Asiáticos, que passaram a desfrutar de uma abundância de capitais sem paralelo. Em 1987, quando o desenvolvimento nesses países começou a provocar aumento salarial minando suas vantagens comparativas, os capitais japoneses também passaram a ser direcionados para as economias do Sudeste Asiático, como Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas<sup>29</sup> (ARRIGHI, 1998, pp. 88, 100, 116, 117; LEÃO, 2010, p. 74).

Os Tigres Asiáticos, por sua vez, também passaram a investir no Sudeste Asiático a partir de 1988, seguindo o capital nipônico no repasse de setores produtivos manufatureiros de menor valor agregado, configurando-se, dessa forma, em uma segunda rodada de investimentos e expansão industrial que articularam uma íntima divisão de trabalho na Ásia Oriental, integrando as economias da região em redes produtivas e comerciais<sup>30</sup> (ARRIGHI, 1998, pp. 100, 116, 117; LEÃO, 2010, p. 75; VIZENTINI & RODRIGUES, 2000, p. 45).

Criou-se, com isso, uma estrutura econômica integrada na Ásia Oriental que, marcada por níveis tecnológicos de produção, foi denominada de “revoada dos gansos”, pelo seu formato de “V” invertido dada a sua verticalidade funcional, tendo

---

<sup>28</sup> Os investimentos do Japão na região tinham tido início no começo da década de 1970, quando Tóquio adotou a estratégia de internacionalizar a economia nipônica, como efeito das transformações da economia mundial nos quadros da Revolução Científico-Tecnológica, levando seus conglomerados a transplantarem a ponta de menor valor agregado das atividades manufatureiras em busca de custos produtivos mais baixos, um processo que se direcionou principalmente à Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, de forma a articular-se a economia desses países, passando, conseqüentemente, a dinamizá-las (ARRIGHI, 1998, pp. 82, 83, 114; VIZENTINI & RODRIGUES, 2000, p. 45).

<sup>29</sup> Em 1985, o Japão foi obrigado, em função dos altos déficits que provocava nos Estados Unidos, a concordar com a valorização do iene como forma de ampliar a competitividade das exportações norte-americanas, sob o risco de Washington impor barreiras a seus produtos, o que ficou conhecido como “Acordo Plaza”. Para contornar essas tendências protecionistas, o governo japonês e suas corporações retomaram de forma ainda mais intensa, a estratégia de transferência da produção manufatureira para países da Ásia Oriental, que além de possuírem mão de obra mais barata, tinham o *status* de nação mais favorecida no mercado norte-americano e praticavam câmbio fixo em relação ao dólar, cuja valorização não lhes suprimia a competitividade, além da improbabilidade de uma nação rica em criar medidas protecionistas contra esses pequenos países em desenvolvimento (ARRIGHI, 1998, pp. 88, 100, 116, 117; LEÃO, 2010, p. 73; MEDEIROS, 1998, pp. 300-301; VIZENTINI & RODRIGUES, 2000, p. 45, UHEARA, 2003, pp. 103-104).

<sup>30</sup> Note-se que essas rodadas sucessivas de investimentos na busca de mão de obra mais barata seguiram uma importante característica, na maioria dos casos, elas não substituíram, mas se somaram às redes comerciais criadas pelas rodadas anteriores, criando assim, um sistema estratificado de comércio regional de volume e densidade crescentes, fortalecendo a tendência de “asianização” das economias asiáticas (ARRIGHI, 1998, pp. 117-118).

como “ganso líder” no ápice-vértice, o Japão, ocupando a liderança na industrialização, no comércio e nos investimentos, secundado pelos outros “gansos” que integram a formação, os Tigres Asiáticos, e esses, por sua vez, seguidos pelos novos “gansos” integrantes, os países do Sudeste Asiático<sup>31</sup> (LEÃO, 2010, pp. 59-60; VIZENTINI & RODRIGUES, 2000, p. 45).

No início da década de 1990, teve início uma terceira rodada de expansão industrial na Ásia Oriental, com os investimentos do Japão e dos Tigres Asiáticos se direcionando, em especial, para a China, buscando aproveitar as oportunidades lucrativas que as reformas econômicas chinesas começavam a abrir<sup>32</sup> (ARRIGHI, 1998, p. 127), o que foi acompanhado por uma parcela crescente de investimentos diretos de empresas norte-americanas e europeias sob a forma de *joint ventures* como fruto de uma nova dinâmica dos capitais internacionais que se iniciava em relação ao grande país asiático<sup>33</sup> (MEDEIROS, 1999, pp. 97; 101).

Dessa forma, a China se inseria tanto na estrutura econômica integrada formada na Ásia Oriental como no circuito financeiro e comercial da economia mundial. Na primeira metade de 1992, quando completou o processo de normalização das suas relações diplomáticas paralelamente a adoção de uma série de medidas liberalizantes<sup>34</sup>, o país recebeu US\$ 9,5 bilhões em investimentos,

---

<sup>31</sup>Apesar de os Estados Unidos terem acompanhado o Japão nos investimentos e na transferência tecnológica para a Ásia Oriental nesse período, buscando, implicitamente, utilizar alguns desses países como plataforma de exportação visando penetrar no mercado japonês, bem como enfrentar a concorrência nipônica, a tendência dominante foi a das economias regionais se articularem intimamente à economia japonesa num sistema integrado de “capitalismo de rede” gerenciado pelos seus conglomerados industriais (GILPIN, 2004, p. 363; VIZENTINI & RODRIGUES, 2000, p. 80).

<sup>32</sup> Após o início da implementação das reformas em 1979, a China havia recebido uma parcela pequena de investimentos externos ao longo da década de 1980, oriundos, principalmente, das comunidades chinesas situadas em diversos países da Ásia Oriental, porém, suficiente para criar uma base estrutural que atrairia grandes volumes de capital de toda parte a partir do início da década de 1990 (QUAGIO, 2009, p. 45).

<sup>33</sup> A despeito dos Estados Unidos terem encabeçado a comunidade internacional a suspender contatos diplomáticos de alto nível com a China e de lhe impor sanções econômicas, em decorrência dos episódios ocorridos na Praça Tiananmen em 1989, logo setores privados de muitos países retomariam os negócios com os chineses (OLIVEIRA, 1990, p. 137). Ao final de 1990, os investimentos oriundos de Hong Kong e Taiwan na China totalizaram US\$ 12 bilhões (ARRIGHI, 2008, p. 358), enquanto que a parcela chinesa dos investimentos totais do Japão na Ásia Oriental, tentando acompanhar esses Tigres, aumentou para 5% (ARRIGHI, 1998, 122), o que, por sua vez, levou as empresas norte-americanas, temendo perder posição para as concorrentes japonesas, a aumentarem seus investimentos na China, fechando o ano com um total de US\$ 4,4 bilhões (ABI-SAD, 1996, p. 157; OLIVEIRA, 1990, pp. 138-139). Nos anos seguintes, a parcela chinesa dos investimentos do Japão na Ásia Oriental continuaria aumentando, chegando a 10%, em 1991, 17%, em 1992, e 24%, em 1993 (ARRIGHI, 1998, p. 122).

<sup>34</sup> Logo após as conturbações sociais ocorridas na Praça Tiananmen, em 1989, um episódio que marcou o ápice dos efeitos colaterais que as reformas geraram durante toda a década de 1980, conservadores em Pequim haviam reassumido a direção do governo, dando início a implementação de um conjunto de medidas em direção à volta do *maoísmo*, fazendo com que, paralelamente a crise diplomática, uma grave crise política e econômica assolasse a China, espalhando agitações sociais por todo o país. Deng Xiaoping, dessa forma, retornando da aposentadoria no intento de impedir uma reversão de seu plano reformista, conseguiu,

sendo constituídas quarenta mil empresas de capital estrangeiro, proporcionando-lhe novos conhecimentos e tecnologias (MEZZETTI, 2000, p. 468).

A atividade econômica da China, que havia se desacelerado desde 1989, retomava assim, o seu ímpeto, entrando numa nova fase de rápido crescimento e de afirmação da sua estrutura macroeconômica em direção à industrialização<sup>35</sup>. Em 1992, o seu PIB tinha registrado um crescimento de 14,2% (QUAGIO, 2009, p. 113), tendo a produção industrial crescido 19% em relação ao ano anterior (MARTI, 2007, p. 163). Em 1993, com o PIB na ordem de 13,4%, o desenvolvimento industrial chinês apresentou um crescimento ainda maior, pulando para 21,1% (MEZZETTI, 2000, p. 489).

O dinamismo econômico da China, por sua vez, provocou um acentuado e crescente robustecimento das redes produtivas e comerciais da Ásia Oriental<sup>36</sup> (MEDEIROS, 1998, pp. 280), levando a região em 1995, pela primeira vez, a ter o seu comércio interno ultrapassado as suas transações com o resto do mundo, chegando a US\$ 500 bilhões, revelando ainda, que, a partir de então, os países asiáticos, vistos, quase sempre, como plataformas de exportação<sup>37</sup>, também tinham se tornado grandes consumidores de produtos variados (PINTO, 2000, p. 89).

---

utilizando-se de todo o seu prestígio, fazer uma série de articulações entre o exército e os líderes regionais, e assim, contornar o *apparatus* central do Partido Comunista, reassumindo o controle do governo em fevereiro de 1992, a partir de quando, passou a tomar medidas que acelerassem as reformas, entre as quais, a elevação da maioria das províncias ao *status* de Zona Econômica Especial, conferindo-lhes maior abertura e incentivos à entrada de capital estrangeiro. Em outubro, durante o XIV Congresso, ainda conseguiu selar o que ficou conhecido como o “Grande Compromisso”, uma garantia de que as reformas continuariam por cem anos (MARTI, 2007, pp. 97, 99, 100, 147, 150, 151, 238). No ano seguinte, em 1993, seriam feitas reformas constitucionais, modificando a base da economia da China de planificada para a de “socialismo de mercado”, fórmula que resumia as mudanças no sistema econômico chinês que as reformas haviam promovido (MEZZETTI, 2000, pp. 482, 483, 470). A nova Constituição também instituiu um novo sistema governamental, criando a figura de um presidente e um primeiro-ministro, cada um possuindo mandatos de cinco anos, cabendo reeleição, mas pondo fim a governos pessoais como fora o de Mao Tsé-tung, assim como o do próprio Deng Xiaoping (SHIN, 2008, p. 205).

<sup>35</sup> O PIB da China havia registrado, entre 1980 e 1990, um crescimento de 9,5% ao ano (MEDEIROS, 1999, p. 95), no entanto, em 1989, ano em que se desencadeou a crise interna e externa, o PIB chinês apresentou um crescimento de apenas 4%, e, em 1990, de 3,8% (QUAGIO, 2009, p. 113).

<sup>36</sup> Vale observar que, de acordo com Arrighi (1998, p. 122), a incorporação da China no espaço regional de investimentos em busca de mão de obra barata não se tratou de apenas mais um caso de país acrescido à estrutura econômica asiática centralizada no Japão, principalmente, em função do tamanho e complexidade da economia chinesa. Nas palavras de Vizontini (2005, p. 115), à “revoada dos gansos” havia sido integrado um “condor”.

<sup>37</sup> Após terem adotado o estilo latino-americano de industrialização, a chamada “industrialização por substituição de importações”, em meados da década de 1960, países asiáticos, primeiramente Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, se voltaram para a chamada “industrialização orientada para a exportação” (FRIEDEN, 2008, p. 342), emulando o principal traço do modelo de desenvolvimento do Japão, a ênfase na exportação de manufaturados, o que fora facilitado graças à relevância geopolítica da região para os Estados Unidos durante a vigência da ordem bipolar, uma vez que garantiu aos produtos desses países acesso privilegiado ao seu mercado consumidor, o maior do mundo (LEÃO, 2010, p. 69), benefício que foi negado à

Enquanto a Ásia Oriental se tornava uma nova fronteira do capitalismo mundial (VIZENTINI, 2005, p. 116), a América Latina, por outro lado, levada desde os anos de 1980, a uma posição marginal tanto nos fluxos de comércio quanto no de investimentos, viu-se até meados da década de 1990, definindo a sua estrutura macroeconômica de forma distinta da China, constatando-se baixa formação de capital industrial, retrocesso na substituição de importações de produtos industrializados como forma de desenvolvimento do setor industrial e especialização no setor exportador de produtos primários (MEDEIROS, 1998, pp. 304, 333).

A crise financeira e a reestruturação da dívida esboçada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a América Latina<sup>38</sup>, estipulando, entre meados da década de 1980 e início da de 1990, abertura financeira e comercial, valorização cambial e uma alta taxa real de juros, havia feito com as importações de bens industrializados se expandissem e que parte significativa dos investimentos captados se canalizasse para o setor financeiro e para aquisições patrimoniais (CANO, 2012, p. 313; MEDEIROS, 1998, pp. 306, nota 26, 307, 308, 333), incluindo empresas importantes, contribuindo pouco para a abertura de novas empresas e para o avanço industrial da região (LEIVA, 2009, p. 152).

Entre 1990 e 1997, o setor industrial latino-americano cresceu apenas 2,8%, pouco abaixo do PIB, que nesse período, registrou taxa média anual de 3,3%, tendo o setor de transformação, que na década de 1980 havia registrado um crescimento medíocre, na ordem de 0,1% ao ano, crescido apenas 2,3% ao ano. No acumulado, de 1980 a 1997, o baixo desempenho da indústria fez com que sua participação no PIB caísse de 37,7% para 34,6%, sendo que no setor de transformação, a queda foi de 28,8% para 24,7%. Por outro lado, no setor agrícola, se verificou, entre 1987 e 1994, melhorias na eficiência e competitividade em alguns países (CANO, pp. 311, 313, 314).

---

América Latina e à África (VIZENTINI, 2007, p. 55). Importante ressaltar que outros aspectos do padrão de acumulação do Japão também foram seguidos por esses países, levando a constituição de um “modelo de desenvolvimento asiático”, que conforme Pires (2011, pp. 168, 169, 172, 185), “podem ser mencionados nesse processo uma ativa atuação estatal para coordenar o desenvolvimento, a adoção de políticas protecionistas, a criação de fortes conglomerados econômicos, absorção de tecnologia estrangeira, baixos níveis salariais, câmbio desvalorizado, elevada taxa de acumulação de capital, utilização do comércio exterior como dinamizador da economia doméstica, entre outros”.

<sup>38</sup> O endividamento dos países em desenvolvimento havia levado os credores internacionais a se organizarem e criarem um formato-padrão para a renegociação da dívida, estipulando que o país devedor devia procurar o FMI para esboçar um programa de estabilização macroeconômica e ajustes econômicos como um selo de aprovação para tanto (FRIEDEN, 2008, p. 400).

A diferenciação estrutural macroeconômica processada entre países da Ásia Oriental e da América Latina desde a década de 1980, dessa forma, também fez com que tivessem seguido trajetórias distintas de inserção na nova era das relações internacionais que havia se inaugurado com o fim da ordem bipolar no início da década de 1990, em que a globalização passou a se intensificar paradoxalmente ao fortalecimento da regionalização como uma das principais formas de cooperação, havendo culminado na formação de polos econômicos apoiados na integração supranacional em escala regional.

Enquanto países na América Latina instituíram, por exemplo, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, mas em vigor a partir de 1995, o Centro de Integração Centro-Americana (CICA), em 1993, e a Comunidade Andina de Nações (CAN), em 1996<sup>39</sup>, na Ásia Oriental, a integração estratégica de seus países se fortaleceu, sem, no entanto, ocorrer uma institucionalização, configurando-se, assim, como um regionalismo aberto <sup>40</sup>, caracterizado por um “bloco” regional de investimento e de comércio entre indústrias e firmas (MEDEIROS, 1998, pp. 290-291; VIZENTINI, 2005, p. 117).

A articulação da China à estrutura econômica integrada da Ásia Oriental, que se constituiu sem uma união formal entre os países, ou seja, mediante um tratado, não fez, portanto, com que o país asiático perdesse a sua própria autonomia geopolítica, não havendo a necessidade de negociar em bloco, o que paralelamente ao acelerado desenvolvimento industrial que proporcionou à economia chinesa, levaria nos anos seguintes, a sua presença econômica se tornar crescentemente mais forte na própria região, mas, também, na economia mundial, causando reflexos nas suas relações com a América Latina.

---

<sup>39</sup> Vale observar que a necessidade de integração regional na América Latina já tinha sido levantada pela CEPAL na década de 1950, sendo que em 1960, criou-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), substituída em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração Econômica (ALADI). No entanto, ao longo dos anos de 1980, o objetivo do regionalismo latino-americano foi deixando de ser a ampliação dos mercados para a substituição de importações, como pregava a CEPAL, passando para a união deles na busca de maior visibilidade internacional e preparação da região para superar a crise econômica (MOREIRA *et alli*, 2010, pp. 315-316).

<sup>40</sup> Segundo Miyazaki (2004, pp. 88-89), o regionalismo aberto “denomina-se assim porque se liberaliza o comércio aos Países-Membros, com base no princípio da nação-mais-favorecida, na redução gradativa das tarifas, ao mesmo tempo em que se diminuem as barreiras aos não-Membros e a consideração de que qualquer membro pode unilateralmente estender a liberalização realizada na região a não-Membros em bases condicionais ou incondicionais”.

## 5. OS CONTORNOS NAS RELAÇÕES SINO-LATINO-AMERICANAS

No marco das redefinições da cooperação Sul-Sul, em que China e América Latina passaram a seguir reestruturações macroeconômicas contrastantes, com os chineses firmando seu desenvolvimento pelo caminho da industrialização, enquanto que os latino-americanos melhoravam sua produtividade no segmento primário, o primeiro-ministro chinês, Li Peng, refletindo o interesse de seu país em recursos primários, realizou, em 1995<sup>41</sup>, viagem a três países latino-americanos<sup>42</sup> propondo cinco princípios que enfatizavam os interesses em comum e a complementariedade econômica<sup>43</sup> (MANN, 2002, p. 39).

Dois anos depois, em 1997, foi a vez do presidente chinês, Jiang Zemin, voltar a visitar a América Latina, realizando durante sua passagem pelo México, um discurso no Senado mexicano, no qual destacou que a cooperação entre China e América Latina, tendo em vista o contexto histórico e perspectivas futuras, tem um importante significado para aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios mundiais e, dessa forma, promover e defender questões de seus interesses (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 240).

Nesse mesmo ano de 1997, realizou-se o primeiro diálogo entre China e o MERCOSUL e também foi efetuada a entrada da China como membro permanente no Banco de Desenvolvimento do Caribe, abrindo assim um novo espaço de cooperação com os países caribenhos<sup>44</sup>, dos quais reatou relações diplomáticas

---

<sup>41</sup> Ressalte-se que nesse mesmo ano, em consequência da alta demanda, o governo chinês tomou a decisão histórica de encerrar a doutrina de autossuficiência em grãos, uma das bases do maoísmo, liberando a sua importação (QUAGIO, 2009, p. 140).

<sup>42</sup> México, Peru e Cuba (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 239).

<sup>43</sup> Em resumo, segundo Xinsheng & Shaoxian (2003, pp. 239-240), os cinco princípios consistiam em: "1) Estreitar e consolidar as relações políticas, incrementar contatos diretos e intercâmbio de dirigentes de alto nível de ambas as partes para aumentar o conhecimento e credibilidade mútuos; 2) Esforçar-se, tendo em vista os respectivos interesses e vantagens, para explorar e abrir novos meios e setores de cooperação e intercâmbio econômico e comercial, aprender com as experiências de um e de outro para sanar as respectivas deficiências e o desenvolvimento conjunto; 3) Promover contatos populares, desenvolver amplamente diversos modos de intercâmbio cultural, de imprensa, educativo, de esportes etc.; 4) Realizar consultas frequentes e aumentar o apoio recíproco nos assuntos internacionais para defender, de comum, acordo, os interesses do mundo em desenvolvimento, promovendo o estabelecimento de uma nova ordem política e econômica internacional de paz, estabilidade, justiça e racionalidade; 5) Em relação aos países latino-americanos que ainda não possuíam relações diplomáticas com a China, esta concordava em estabelecer e desenvolver com eles relações de amizade baseadas nos princípios de coexistência pacífica, podendo começar por incrementar intercâmbios de personalidades, na área comercial e econômica, a fim de preparar condições favoráveis para a normalização de relações entre a China e esses países."

<sup>44</sup> Em 2002, China e CAN ainda estabeleceriam um mecanismo de consulta e cooperação. Sobre a participação da China nos âmbitos multilaterais da América Latina, também vale mencionar o seu *status* de observador na

com mais dois<sup>45</sup>. Em outras instancias multilaterais também seriam realizadas mais consultas e cooperações frutíferas até o final da década de 1990, principalmente na ONU, no Grupo dos 77 e na APEC<sup>46</sup> (idem, p. 241).

Novos acordos também foram firmados na esfera bilateral, tendo sido efetuados entre China e dezesseis países da América Latina acordos na área econômica, comercial e tecnológica, e entre China e dez países, acordos de estímulo e proteção ao investimento, cuja parcela chinesa, chegou, em 1998, a cerca de US\$ 1 bilhão, provenientes de mais de 200 empresas já inseridas no subcontinente latino-americano, destacando suas inversões em produção de ferro e aço, no Peru e no Brasil, em campos de petróleo, na Venezuela, e no setor têxtil, no México (idem, p. 242).

Com efeito, acompanhando a ampliação das relações de cooperação, o comércio registrado entre as duas regiões foi bem superior que nas décadas anteriores, passando de uma quantia de US\$ 1,841 bilhão, em 1990, para US\$ 8,26 bilhões, em 1999, e US\$ 12,6 bilhões, em 2000 (idem, p. 242), porém, dessa vez, apresentando uma alteração estrutural, tendo as exportações chinesas se constituído principalmente de maquinário e produtos eletrônicos, enquanto que a dos países latino-americanos se concentrou em produtos primários (MANN, 2002, p. 42), uma característica presente nas relações do tipo Norte-Sul.

Note-se que, nesse contexto, a participação do setor primário nas exportações globais da China assistiu a uma progressiva redução, tendo passado de 20,15%, em 1990, para 9,0%, em 1995, e 6,2%, em 2000, ao passo que a participação das manufaturas subiu, respectivamente, de 26,18% para 31,8%, e depois para 42%<sup>47</sup> (MANSOR DE MATTOS & CARCANHOLO, 2011, pp. 365, 369),

---

CEPAL, no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na ALADI e na Organização dos Estados Americanos (OEA) (BARBOSA, 2011, p. 299).

<sup>45</sup> Bahamas e Santa Lúcia, ambos em 1997. Vale mencionar que, até o final da década de 1990, a China teria restabelecido relações diplomáticas com dezenove países latino-americanos, de um total de trinta e três, sendo que o restante, quatorze, ainda manteriam relações com Taiwan (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, pp. 241-242).

<sup>46</sup> A organização denominada de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC em sua sigla em inglês) havia sido criada em novembro de 1989, na Austrália, tendo sido apresentada pelos seus patrocinadores como um processo em direção a um consenso da Bacia do Pacífico, cujo objetivo era a edificação de uma política econômica que assegurasse o crescimento sustentado da região (PINTO, 2000, p. 48). Deve-se observar que a APEC, aspirando um "regionalismo aberto", possui membros dos dois lados do Oceano Pacífico (MIYAZAKI, 2004, p. 92). Após o ingresso da China em 1991, do México em 1993 e do Chile em 1994, o país asiático e países da América Latina passaram a fazer parte de um mesmo mecanismo de regionalização. Em 1998, a China endossou a entrada do Peru realçando seu apoio à América Latina na cooperação para a integração regional (MANN, 2002, p. 47).

<sup>47</sup> Também vale chamar a atenção para o avanço tecnológico que tiveram os produtos chineses nesse período. Do total das exportações mundiais da China em 1990, 51,9% eram compostos por produtos de baixo teor

um movimento que se aprofundaria no decorrer dos anos de 2000 em função dos desdobramentos da Crise Asiática de 1997<sup>48</sup> e da concretização do seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001<sup>49</sup>.

Nos primeiros anos do século XXI, a China se tornou o principal destino dos investimentos internacionais, recebendo em 2001, US\$ 41 bilhões (POMAR, 2003, p. 164), em 2004, US\$ 60,6 bilhões, quase a soma do que receberam Brasil, México, Chile, Índia, Polônia e Coreia do Sul em conjunto, e em 2005, US\$ 60,3 bilhões, quase quatro vezes o que recebeu o Brasil (TREVISAN, 2006, p. 94), capitais que direcionados principalmente para a indústria de exportação, transformou o país asiático na “oficina” do mundo (HUTTON, 2008, p. 112).

A vigorosa expansão que teve o parque industrial da China nesses cinco anos levou a um aumento expressivo da sua demanda por produtos primários, não só energéticos, mas também, minerais e agrícolas (FERCHEN, 2011, pp. 118-120, nota 31), gerando, por sua vez, uma necessidade de ampliar as importações desse segmento, o que fez com que o governo de Pequim buscasse se inserir mais incisivamente na África<sup>50</sup>, na América Latina, em especial na América do Sul, e também na própria Ásia<sup>51</sup> (VIZENTINI, 2012, p. 264).

---

tecnológico e apenas 6,9% por produtos considerados de alto valor tecnológico. Em 2000, essas porcentagens se alteraram para 44,9% e 25%, respectivamente. Tal fato levou a participação da China nas exportações mundiais no setor de alta tecnologia a saltar de 0,7% para 4,1% entre 1990 e 2000 (MANRÍQUEZ & NAVEJAS, 2009, p. 50).

<sup>48</sup>A crise que se instaurou na Ásia Oriental, em 1997, causando recessão nas economias locais, teve seus impactos mitigados na China, uma vez que apesar da rápida expansão das exportações e dos investimentos privados terem introduzido novos determinantes na economia chinesa, a máquina de crescimento chinês permaneceu fortemente assentada nos investimentos públicos, na expansão do consumo interno e na exportação das empresas estatais (ARRIGHI, 2008, p. 30; MEDEIROS, 2008, pp. 74-75). Nesse contexto, a evolução das exportações dos demais países da Ásia Oriental para a China, do auge da crise em 1998 até a sua total recuperação em 2002, contribuiu significativamente para que reativassem seus sistemas produtivos, firmando a China como o maior importador regional, ao mesmo tempo em que se tornava o maior exportador para os principais mercados do mundo, aumentando em 84% o volume destinado para os Estados Unidos, 71% para a União Europeia e 63% para o Japão, fazendo assim, com que seu volume comercial pulasse de US\$ 324 bilhões, em 1998, para US\$ 851 bilhões, em 2003 (LEÃO, 2010, p. 111; MEDEIROS, 2008, pp. 83-84).

<sup>49</sup>A entrada da China na OMC em decorrência de uma série de reformas liberalizantes que o governo chinês implementou, entre elas, a redução das tarifas dos produtos manufaturados, passando de 43% para 15%, e a eliminação de quase todas as licenças e os controles de importação quantitativa, provocou nas empresas ocidentais, um forte impulso para a terceirização produtiva junto às indústrias chinesas, permitindo-lhes passar a produzir na China a preços extremamente competitivos no mercado mundial, o que contribuiu para alavancar ainda mais a economia do país (HUTTON, 2008, pp. 110-111; QUAGIO, 2009, pp. 153, 177).

<sup>50</sup>Já em 2000, o governo chinês tinha realizado o “Primeiro Fórum de Cooperação China-África” (FOCAC), anunciando sua decisão de reduzir ou cancelar a dívida dos países da África, além de ampliar a parcela do continente na assistência externa da China (MENDONÇA, 2011, p. 261).

<sup>51</sup>Vale observar que no Oriente Médio e na Ásia Central, onde, inclusive, em 2001, China e Rússia instituíram junto com Cazaquistão, Tadjiquistão, Quirguistão e Uzbequistão, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), cujas origens remontam à criação da organização “Os Cinco de Xangai” em 1996, os interesses chineses foram abalados com as invasões desferidas pelos Estados Unidos no Afeganistão, em 2001, e no Iraque, em

No que diz respeito à América Latina, já em 2001, o presidente chinês, Jiang Zemin, realizou nova viagem ao subcontinente, visitando seis países<sup>52</sup> e tendo pronunciado um discurso na CEPAL intitulado “Firmar a Amizade e a Cooperação para a Criação Conjunta de um Futuro Luminoso”, no qual destacou as mudanças profundas que o mundo estava experimentando e que a China oficialmente se comprometia em esforçar-se para promover junto aos países latino-americanos relações recíprocas de cooperação de longa duração (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, pp. 240-241).

Em consequência, a América Latina, que inserida em um quadro macroeconômico, no qual desenvolvia vantagens comparativas no setor produtivo primário, viu, segundo Santiso (In: PAULINO, 2009, p. 208), entre 2000 e 2003, a maior parte de seus países aumentarem excepcionalmente, em termos nominais, as suas exportações primárias para a China, como, por exemplo, o Brasil, que aumentou a sua parcela em 500%, a Argentina, em 360%, o Chile, em 240%, e, inclusive, o México, um exportador global de manufaturas, mas que teve suas exportações nesse segmento aumentadas em 1000%.

Dessa forma, algumas importantes economias da América Latina se vinculavam ao *boom* causado pelo mercado de produtos primários que a alta demanda chinesa havia criado na economia mundial nesse início do século XXI (FERCHEN, 2011, p. 118). Nesse quadro, vale mencionar, ainda foram firmadas parcerias estratégicas entre China e outros dois países do subcontinente latino-americano, a Venezuela e o México, em 2001 e 2004, respectivamente (MASIEIRO, 2009, p. 146).

Convém ressaltar, no entanto, que enquanto o setor primário da América Latina se beneficiava com o aprofundamento das relações com a China, o setor industrial, por outro lado, era afetado pela concorrência chinesa nos mercados mundiais, tendo de 2000 a 2004, a participação latino-americana no comércio mundial de manufaturas se reduzido de 4% para 3,5%, dentro do que, no que se refere a produtos de alta e média tecnologia, a redução foi de 3,8% para 3,2%, reforçando sua tendência ao comércio de produtos de baixo valor agregado (NOGUEIRA, 2009, pp. 126-127).

---

2003, fazendo com que, nesse período, Pequim, para evitar confrontos com Washington, procurasse espaços onde sua inserção fosse menos onerosa, como a África e a América Latina, que nesse caso, porém, de forma mais cautelosa, uma vez que é tida como área de influência norte-americana (VIZENTINI, 2012, pp. 235, 261, 264).

<sup>52</sup> Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Cuba e Venezuela (XINSHENG & SHAOXIAN, 2003, p. 240).

Em 2004, a China já superava o total de exportações da América Latina em 40% (LEIVA, 2009, p. 145) e ultrapassava os Estados Unidos nas exportações de produtos de alta tecnologia<sup>53</sup> (PAULINO, 2009, p. 210), contexto, no qual, o agora então presidente chinês, Hu Jintao, no cargo desde 2002, ressaltando a “ascensão pacífica”<sup>54</sup> chinesa, realizou viagem a América Latina no marco da reunião de cúpula da APEC que teve lugar no Chile, visitando ainda, Argentina, Brasil, Venezuela e Cuba, o que resultou na assinatura de trinta e nove acordos comerciais e o compromisso de investir US\$ 100 bilhões na região pelos próximos dez anos (VADELL, 2011, p. 68).

Nessa ocasião, China e Chile anunciaram que ambos os países começariam a negociar um acordo de livre comércio<sup>55</sup>; além do que, todos os países visitados por Hu Jintao conferiram à China *status* de economia de mercado (MASIERO, 2009, p. 147), o que tem implicações jurídicas na OMC, dificultando o uso de instrumentos de defesa comercial<sup>56</sup>. Na Argentina e no Brasil, porém, após o aumento da entrada dos produtos chineses causando danos às indústrias locais e agravando os desequilíbrios comerciais, logo começaram a ser impostas barreiras as tais mercadorias (KARDOS & LIMA, 2009, pp. 283-284).

Saliente-se que, a decisão de reconhecer a China como economia de mercado, no caso do Brasil, tinha tido caráter fundamentalmente político, observando o seu interesse em ingressar no Conselho de Segurança da ONU e na possibilidade de atuação conjunta no processo de redefinição da ordem internacional, tendo a China, no entanto, não agido reciprocamente e votado contra (idem, p. 283), tornando o assunto, a partir de então, recorrente na diplomacia brasileira junto ao país asiático (MASIERO, 2009, p. 147).

Os esforços do Brasil para promover a sua entrada no Conselho de Segurança da ONU haviam se inserido em um projeto de reforma institucional do

---

<sup>53</sup> Vale mencionar que, em 2004, a produção da China na economia mundial, baseada na paridade do poder de compra, atingiu a marca de 13,2%, o que correspondia a 63% da produção dos Estados Unidos, que foi de 20,9%, mas equivalendo a quase o dobro do produto do Japão, de 6,9%, e mais do que o produto de Alemanha, França, Itália e Espanha, que, juntos, somaram 12% da produção mundial (LEIVA, 2009, p. 145).

<sup>54</sup> Tal expressão foi criada em 2002, pelo então vice-diretor da Escola Central do Partido Comunista, Zheng Bijian, para expressar a intenção da China de subir com calma a escada global. Em seguida, o presidente, Hu Jintao, e o primeiro-ministro, Wen Jiabao, também passaram a utilizá-la, dando-lhe sanção oficial na política externa chinesa, porém, posteriormente, o termo cairia em desuso (ZAKARIA, 2008, p. 118).

<sup>55</sup> Tal acordo entraria em vigor em 2006. Em 2010, também seriam ratificados acordos de livre comércio entre China e Peru, e também entre China e Costa Rica (VADELL, 2011, p. 69).

<sup>56</sup> Segundo Masiero (2009, p. 147), “o reconhecimento da China não mais como uma economia em transição, mas sim como uma economia de mercado, inibe a aplicação de salvaguardas comerciais em casos de *dumping*, ou subsídios por parte de setores que se sentem prejudicados com a crescente competitividade das indústrias chinesas”.

órgão, estando outros importantes países em desenvolvimento, como a Índia, também pleiteando o ingresso. Dessa forma, a objeção feita por Pequim, obstruindo tal intento, assinalou o abandono da posição que tinha anteriormente, de contestação da estrutura política e econômica mundial, assim como de posições ligadas à defesa do *status* de país em desenvolvimento (BIATO JR., 2010, p. 30).

Percebia-se, desse modo, que com a sua transformação em principal potência econômica e política emergente, ao mesmo tempo beneficiária do processo de globalização, a China tinha se tornado resistente às mudanças no *status quo* internacional, fato que, conforme observa Biato Jr. (2010, p. 187) a levaria a se comportar crescentemente como “grande potência”, privilegiando seu bom entendimento com os Estados Unidos e fazendo com que as relações com a maior parte dos países em desenvolvimento deixassem de ter as feições de “parcerias igualitárias”.

## **6. A INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA SINO-LATINO AMERICANA**

As relações sino-latino-americanas haviam se intensificado aceleradamente nos cinco primeiros anos do século XXI, porém, como visto, verificando-se contornos, mas também, alimentando uma forte assimetria comercial. Em 2005, a América Latina correspondia a apenas 3% das exportações da China e 3,8% das suas importações, uma parcela que apesar de pequena, colocava o país asiático como um importante importador latino-americano, ficando entre os cinco maiores importadores de Argentina, Brasil, Chile, Cuba e Peru (KARDOS & LIMA, 2009, p. 285-286).

Na busca por impulsionar o projeto desenvolvimentista nacional da China, Pequim havia adotado a estratégia de diversificar seus parceiros comerciais objetivando ampliar os mercados consumidores de seus produtos e reduzir a dependência de um grupo restrito no fornecimento de maquinário, insumos e matérias-primas (BECARD, 2009, p. 182), ao passo que, muitos países da América Latina, tiveram na forte demanda da China por produtos primários um pilar de sustentação a partir do final da década de 1990 (FERSHEN, 2011, p. 107).

Após uma leve retomada do PIB entre 1990 e 1997, a América Latina havia entrado novamente em uma situação de estagnação entre 1997 e 2002 (CORSI, 2011, p. 111, nota 1), pelo que, o forte consumo da China por produtos primários a partir de 2001, conferiu à região, em plena crise, uma nova opção no horizonte (VADELL, 2011, p. 58), que, conforme afirma Trevisan (In: PAULINO, 2011, p. 393), não apenas elevando o preço dos produtos primários no mercado internacional, como também criando um novo mercado de exportações para a América Latina<sup>57</sup>, contribuindo assim, para a retomada do crescimento econômico latino-americano.

Os produtos primários, que haviam se tornado na força motriz das relações entre a China e praticamente todo o mundo em desenvolvimento, impulsionaram, dessa forma, a participação da América Latina no comércio total chinês, que, em 2006, aumentou para 4,1% (BECARD, 2009, pp. 172, 182), inclusive, despertando reações adversas por parte de Washington<sup>58</sup>, a partir de quando, Pequim, apesar de afirmar que a “Doutrina Monroe” tinha sido superada (BARBOSA, 2011, p. 301), passou a se voltar mais para a África e a Ásia Central.

No que tange à África, em novembro de 2006, o governo chinês anunciou durante a terceira reunião da Cúpula China-África (FOCAC), realizada em Pequim, uma espécie de “Plano Marshall” para o continente africano, destinado a investir em infraestrutura e ajuda ao desenvolvimento<sup>59</sup>. Em relação à Ásia Central, no ano seguinte, em 2007, com fortes incentivos da China, fundou-se o “Clube da Energia da Organização para a Cooperação de Xangai”, objetivando a criação de uma comunidade asiática de energia (VIZENTINI, 2012, pp. 240, 261).

As relações entre China e América Latina, com isso, tiveram alguns reflexos negativos. No âmbito dos investimentos, cujo montante chinês para a região, havia chegado a US\$ 5 bilhões em 2005, passou a se deteriorar a partir de então (KARDOS & LIMA, 2009, pp. 284, 286), verificando-se ainda, que, em 2006, 90% do que a China investiu na região se dirigiu para os paraísos fiscais das Ilhas Virgens e

---

<sup>57</sup> Entre 1999 e 2004, as exportações da América Latina para a China passaram de US\$ 3 bilhões para US\$ 21,7 bilhões (CORSI, 2011, p. 125, nota 17).

<sup>58</sup> Diante das preocupações de Washington em relação ao aumento da presença chinesa na América Latina, em abril de 2006, durante reunião em Pequim, representantes dos governos da China e dos Estados Unidos acordaram para a criação de um mecanismo regular de consulta sobre a região, o que na prática, significava que o governo chinês se comprometia em prestar contas periodicamente sobre suas atividades no subcontinente latino-americano (VADELL, 2011, p. 72).

<sup>59</sup> Vale mencionar que a África logo se tornou o maior destino de ajuda econômico-financeira da China, passando a receber em torno de 44% do fluxo anual chinês (MENDONÇA, 2011, p. 261), dado que contribuiria, até 2008, para afetar empresas brasileiras que atuam no continente, como a Odebrecht, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás, que tiveram espaços deslocados pela entrada de empresas chinesas (*Revista Exame*, 24/07/2008, in: SILVA NETO, 2009, pp. 167-168).

Ilhas Cayman (ROCCARO, 2009, p. 303). Em 2008, os fluxos de investimentos chineses na América Latina representaram menos de 1% na maioria dos países (BARBOSA, 2011, p. 291).

No que diz respeito ao âmbito comercial, houve uma redução significativa das exportações latino-americanas para o mercado da China, tendo passado de um crescimento de 45% ao ano entre 2000 e 2005, para 18% ao ano entre 2005 e 2008, ao passo que as exportações chinesas para a América Latina, nesse último período tiveram uma leve alta, registrando um crescimento de 37% ao ano, contra 31% ao ano registrado na primeira metade da década (idem, p. 278).

Convém ressaltar que, em 2008, apesar das relações econômicas entre os países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina terem adquirido, pela primeira vez na história, uma densidade e um dinamismo direto e expressivo (FIORI, 2008, p. 60), o centro de gravidade da franca expansão do comércio Sul-Sul localizava-se na Ásia, onde, segundo dados da UNCTAD (In: BARBOSA & TEPASSÊ, 2009, p. 197), registrou 90% das atividades deste comércio, tendo no mercado da China o seu principal propulsor.

Observa-se, dessa forma, que grande parte do comércio externo da China concentrava-se na própria Ásia, assim como nos países desenvolvidos<sup>60</sup>, ocupando a América Latina e a África, em grau de volume de negócios, uma posição ainda marginal para o país asiático (MONTIBELER, 2011, p. 289). Segundo dados da OMC (In: BARBOSA, 2011, p. 276), as duas regiões juntas, em 2008, correspondiam a apenas 7,5% do total das exportações chinesas, sendo 4% da América Latina, e 11% do total das importações, 6% da América Latina.

Já a China, por outro lado, especificando o caso da América Latina, em 2008, segundo dados do COMTRADE/ONU (In: idem, pp. 279-280), correspondia por 4,8% do total das exportações latino-americanas, mas, analisando os países separadamente, verificava-se que para o Chile a participação chinesa nas suas exportações totais chegava a 14%, para o Peru, 12%, para o Brasil e a Argentina, em torno de 9%, para a Costa Rica, um pouco acima de 6%, para Cuba, 5%, enquanto que para os demais países mostrava-se inferior a 3%.

Essas parcelas, no entanto, colocavam a China no *ranking* mundial de destino das exportações de alguns países selecionados da América Latina, ocupando, em 2008, segundo dados da CEPAL (In: BARBOSA, 2011, pp. 280-281;

---

<sup>60</sup> Segundo Barbosa (2011, p. 277), cerca de 50% das exportações da China destinavam-se aos Estados Unidos, União Europeia e Japão, e 30% para o Sudeste Asiático.

VADELL, 2011, pp. 67-68), o primeiro lugar para Brasil e Chile, o segundo para Argentina, Costa Rica e Cuba, o terceiro para Venezuela, o quarto para Colômbia, Panamá e Peru, e o quinto para México e Uruguai.

Do ponto de vista das importações da América Latina, em 2008, segundo dados da CEPAL (In: BARBOSA, 2011, p. 284), a participação da China correspondia a 11% do total, tendo todos os países da região se revelado compradores dos produtos chineses. A parcela chinesa comparada a 2000, representava um salto de 5 pontos percentuais, porém, mantinha o país asiático atrás de Estados Unidos, com participação de 30%, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com 18,6%, e da União Europeia, com 15%.

No *ranking* mundial de origem das importações de alguns países selecionados da América Latina, entretanto, a China ocupava, em 2008, segundo dados da CEPAL (In: BARBOSA, 2011, pp. 280-281; VADELL, 2011, pp. 67-68), o primeiro lugar para Paraguai, o segundo para Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador e Peru, a terceira posição para Argentina, Costa Rica, México e Venezuela, o quarto lugar para Equador, Guatemala, Nicarágua, Panamá e Uruguai, e o quinto lugar para El Salvador.

Dentro desse quadro de exportações e importações, salienta-se o aprofundamento do problema estrutural do comércio entre as duas regiões. Segundo dados da CEPAL (In: BARBOSA, 2011, p. 282), em 2008, do total das exportações da América Latina para a China, 72% foram de produtos primários e 28% de produtos industrializados, sendo desses, 15,8% de manufaturas intensivas em recursos naturais, 9,9% de alta e média tecnologia e 2,4% de baixa tecnologia, ao passo que, das exportações da China para a América Latina, 98% foram de produtos industrializados, dos quais, 68% se enquadram na categoria de alta e média tecnologia e 20% na de baixa tecnologia<sup>61</sup>.

Nesse ano, os principais produtos latino-americanos exportados a partir de oito países selecionados<sup>62</sup>, segundo dados da RedLat (In: idem, p. 282), foram soja, farinha de peixe, pescados, minério de ferro, cobre, níquel, petróleo, lã, couro e celulose. A cesta de exportação do Brasil, por exemplo, tinha o minério de ferro, soja

---

<sup>61</sup> Também vale mencionar que, segundo dados da CEPAL (In: BARBOSA, 2011, p. 277), em 2008, a relação entre o valor das exportações e o das importações teve resultados desfavoráveis para a América Latina, que registrou um déficit comercial com a China na ordem de US\$ 49,4 bilhões. De acordo com números fornecidos pelo COMTRADE/ONU (In: idem, p. 281), exceto Chile e Peru, todos os países latino-americanos haviam registrado déficit, conformando o México como o caso mais grave, registrando um montante que superava os US\$ 30 bilhões.

<sup>62</sup> Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai.

e petróleo representando 72% das suas exportações para a China. Na Argentina, a concentração era ainda maior, sendo que apenas a soja e o petróleo representavam 84,7% das suas exportações. No Chile, cobre e celulose representavam 76,2%, e no México, cobre e minerais, 79,6%.

Verificava-se, portanto, que a China tinha adquirido um papel importante para algumas economias da América Latina, pelas suas exportações de industrializados, mas fundamentalmente pelas suas importações de produtos primários, especialmente para aquelas que foram puxadas pelo *boom* do consumo chinês nesse segmento, tornando-se, dessa forma, segundo Paulino (2011, p. 391), o parceiro comercial mais importante para Brasil e Chile, assim, como seria em breve para o Peru.

A importância que a China adquiriu para alguns países latino-americanos, no entanto, não teve uma correspondência inversa na mesma proporção. O Brasil, por exemplo, que em 2008, segundo dados do COMTRADE/ONU (In: BARBOSA, 2011, p. 279), era o maior exportador latino-americano da China, ocupava, por outro lado, de acordo com Jenkins (In: VADELL, 2011, p. 67), o décimo quarto lugar entre os seus provedores, o que correspondia a somente 1,5% do total das importações chinesas, não estando nenhum outro país da América Latina entre as vinte principais fontes de importação do país asiático.

A busca da China por produtos primários havia mobilizado uma vasta rede de fornecedores que se espalhou por todo o mundo. Em 2008, os principais fornecedores de produtos primários da China eram Austrália, Arábia Saudita, Angola, Rússia e da América Latina, apenas o Brasil, apesar do país asiático também ter se tornado o maior importador de cobre do Chile e do Peru, da soja da Argentina e vir se tornando um importante consumidor do petróleo da Venezuela (MEDEIROS, 2011, pp. 214-216).

Nesse quadro, do total das importações mundiais da China, em 2008, segundo dados da OMC (In: BARBOSA, 2011, p. 277), a América Latina respondia por 25% das suas compras em relação ao segmento agrícola, denotando uma maior importância desse setor nas relações comerciais chinesas com o subcontinente latino-americano, e apenas 13% no que se refere aos minérios e combustíveis. Quanto aos produtos industrializados, a parcela latino-americana correspondia à insignificante marca de 0,80%.

Percebe-se, portanto, que, de modo geral, as duas regiões eram importantes para cada qual, porém, constatando-se que a China afigurava-se sendo muito mais importante economicamente para a América Latina do que o contrário, revelando assim, que as relações sino-latino-americanas haviam passado a se caracterizar por uma relação de interdependência assimétrica, na qual, a América Latina ocupa um papel de maior dependência em relação à China do que a China em relação à América Latina.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de ascensão da China pautado em uma acelerada expansão industrial implicou em algumas alterações nas suas relações com a América Latina, transformando-se de um tipo de relacionamento Sul-Sul em um tipo Norte-Sul, que se manifesta no âmbito político, mas também, econômico, definindo uma nova estrutura de troca com a América Latina, que, além de assimétrica, tende a orientar os processos de produção da região em direção à especialização produtiva primária.

Não queremos, contudo, responsabilizar a ascensão da China pelas dificuldades que tem os sistemas produtivos das economias da América Latina em obter uma inserção externa mais dinâmica. Compartilhamos, ao contrário, da visão sustentada por Paulino (2009, p. 207), de que a causa principal de determinada realidade geoeconômica latino-americana está, principalmente, na ausência de políticas de desenvolvimento dos países da região.

Devemos salientar que a China, apesar de assumir cada vez mais um papel de grande potência no cenário internacional, abre para os países em desenvolvimento, conforme argumenta Vadell (2011, p. 72), uma maior margem de manobra política, não impondo condicionalidades em troca de investimentos e ajuda financeira, além de novas possibilidades de comércio e investimentos em infraestrutura e indústrias extrativas, apresentando-se, assim, como uma nova opção para o chamado Sul.

Além do mais, vale lembrar que a cooperação Sul-Sul no setor de tecnologia persistiu, destacando-se em relação à China e América Latina, por exemplo, programas na área de biotecnologia, transgênicos, biocombustíveis, alimentos,

produção de medicamentos, nuclear e aeroespacial (CESARIN, 2009, pp. 30-31), que realizada com o Brasil, já se efetuou o lançamento de três satélites, em 1999, 2003 e 2007, respectivamente, sendo que o último deu início a um novo programa de monitoramento da Amazônia (ALTEMANI, 2012, p. 115).

A ascensão da China, dessa forma, parece ter feito com que o país se interpusse entre o Norte e o Sul, mesclando desafios e oportunidades, que segundo Barbosa (2011, p. 294), tem causado um conjunto de dilemas e reações nas relações internacionais, cujo resultado, encontra-se, todavia, indefinido. Cabe, portanto, aos países da América Latina uma melhor definição acerca de suas prioridades em termos de política industrial, inovação tecnológica, integração regional, assim como uma visão coerente e fundamentada sobre o que se pode esperar das suas relações com o país asiático.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABI-SAD, Sergio Caldas Mercador. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: UnB, 1996.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização. In: **Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**, vol. II (Org. José F. S. Saraiva). Brasília: IBRI, 2001.
- ALTEMANI, Henrique. **Brasil e China: cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: **A China na nova configuração global** (Orgs.: Rodrigo Pimentel Ferreira Leão; Eduardo Costa Pinto; Luciana Acioly). Brasília: IPEA, 2011.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas; TEPASSÊ, Ângela Cristina. O ciclo da economia global e as relações comerciais entre Brasil e China. In: **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios** (Org. Henrique Altemani de Oliveira). Curitiba, Juruá Editora, 2009.
- BECARD, Danielly Silva Ramos. Cooperação e Comércio entre Brasil e China durante o Governo Lula. In: **China e Índia Na América Latina: oportunidades e desafios** (Org. Henrique Altemani de Oliveira). Curitiba, Juruá Editora, 2009.
- BIATO Jr, Oswaldo. **A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. As Nações Unidas e a nova ordem econômica internacional. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, vol. 21, nº 81, p. 213-232, jan/mar, 1984 – SUPLEMENTO.
- CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: **Estados e moedas no desenvolvimento das nações** (Org. José Luís Fiori). Petrópolis: Vozes, 2012.
- CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: conceitos e paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

- CESARIN, Sergio M.. China e Índia en América Latina y el Caribe: enfoques comparados de inserción regional. In: **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios** (Org. Henrique Altemani de Oliveira). Curitiba: Juruá Editora, 2009.
- COLACRAI, Miryan. Escenarios y desafíos de la cooperación Sur-Sur a 30 años de la declaración de Buenos Aires. **Documentos de Trabajo de la Cooperación Sur-Sur**. Buenos Aires: Ministerio de las Relaciones Internacionales, Comercio Exterior y Culto, p. 85-100, 2009.
- CORSI, Francisco Luiz. Crise e reconfiguração espacial do capitalismo global: a ascensão do Leste Asiático. In: **As relações entre a China e a América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades** (Orgs. Marcos Cordeiro Pires & Luís Antonio Paulino). São Paulo: LCTE Editora, 2011.
- DOWBOR, Ladislau. **A formação do 3º Mundo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Unesp, 2005.
- FERCHEN, Matt. As relações entre China e América Latina: impactos de curta ou longa duração?. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, vol. 19, n. suplementar, p. 105-130, 2011.
- FIORI, José Luís. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: **O mito do colapso do poder americano** (Orgs.: Carlos Aguiar de Medeiros, José Luís Fiori e Franklin Serrano). Rio de Janeiro: Record, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- FRIEDEN, Jeffry. **Capitalismo Global: história econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HUTTON, Will. **O aviso na muralha: a China e o Ocidente no século XXI**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LANDES, David. **A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

- LEÃO, Bruno Guerra Carneiro. **Japão, China e a integração econômica do Leste Asiático**: o papel de Estados Nacionais e redes produtivas. Brasília: FUNAG, 2010.
- LEIVA, Orlando Caputo. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. In: **A América Latina e os desafios da globalização** (Coords.: Emir Sader e Theotonio dos Santos; Orgs.: Carlos Eduardo Martins e Adrián Soletto Valencia). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- LOPES, Carlos. Uma nova configuração ao Sul. In: **O desafio da China e da Índia: a resposta do Brasil** (Org. João Paulo dos Reis Velloso). Rio de Janeiro: José Olympo, 2005.
- KARDOS, Delgado Bento & LIMA, Gabriela Cunha. Desafios enfrentados pelos países latino-americanos que exportam principalmente *commodities* primárias para a China. In: **As relações entre a China e a América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades** (Orgs. Marcos Cordeiro Pires & Luís Antonio Paulino). São Paulo: LCTE Editora, 2011.
- KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MANN, Stefanie. Discovery of a Terra Incognita: five decades of Chinese Foreign Policy towards Latin America. **Auslandsstudien und Entwicklungs politik** (Dokumente und Materialien Nr. 31). Mainz, agosto, 2002.
- MANSOR DE MATTOS, Fernando Augusto; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Evolução recente do perfil das relações comerciais chinesas com Brasil, Argentina e Chile. In: **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. (Orgs.: Marcos Cordeiro Pires e Luís Antonio Paulino). São Paulo: LCTE Editora, 2011.
- MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A ascensão chinesa e as matérias-primas. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais**: desafios e oportunidades. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- \_\_\_\_\_. Deslocamento e Complementaridade: a estratégia de desenvolvimento chinesa e a economia regional asiática. In: II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 2006, Rio de Janeiro, RJ. **Ásia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.
- \_\_\_\_\_. Economia e Política do Desenvolvimento Recente da China. **Revista de Economia Política**, vol. 19, nº 3 (75), p. 92-112, julho-setembro, 1999.

\_\_\_\_\_. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América latina. In: **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização** (Org. Maria da Conceição Tavares & José Luís Fiori). Petrópolis: Vozes, 1998.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Impactos dos interesses comerciais da China na África. In: **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. (Orgs.: Marcos Cordeiro Pires e Luís Antonio Paulino). São Paulo: LCTE Editora, 2011.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a transformação da China**. Brasília: UnB, 2000.

MIYAZAKI, Silvio. Uma visão abrangente dos processos de integração econômica no Pacífico Asiático. In: **Relações Sul-Sul: países da Ásia e o Brasil** (Orgs. Alberto do Amaral Junior & Michelle Rattón Sanchez). São Paulo: Aduaneiras, 2004.

MONTIBELER, Everlan Elias. Uma análise das relações econômicas sino-latino-americanas a partir da experiência chinesa na África. In: **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. (Orgs.: Marcos Cordeiro Pires e Luís Antonio Paulino). São Paulo: LCTE Editora, 2011.

MOREIRA, Luiz Felipe; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NOGUEIRA, Uziel. Sino-Latin American relations in the twenty-first century: partners or rivals? In: **China e Índia na América Latina: oportunidades e desafios** (org. Henrique Altemani de Oliveira). Curitiba: Juruá, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **O despertar da China**. São Paulo: Aduaneiras, 1990.

PAULINO, Luís Antonio. Presença econômica e comercial da China no Brasil. In: **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. (Orgs.: Marcos Cordeiro Pires e Luís Antonio Paulino). São Paulo: LCTE Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. Os impactos do comércio da China nos mercados emergentes da América Latina. In: **Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul** (Org. Luís Antônio Paulino & Marcos Cordeiro pires). São Paulo: LCTE Editora, 2009.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

- PIRES, Marcos Cordeiro. A estratégia de modernização da China como expressão de um “modelo asiático”. In: **As relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. (Orgs.: Marcos Cordeiro Pires e Luís Antonio Paulino). São Paulo: LCTE Editora, 2011.
- POMAR, Wladimir. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Unesp, 2003.
- QUAGIO, Ivan. **Olhos abertos: a história da nova China: da morte de Mao à crise econômica**. São Paulo: Francis, 2009.
- ROCCARO, Isabel Esther. As relações comerciais entre a China e o Mercosul. In: **Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul** (Org. Luís Antônio Paulino & Marcos Cordeiro pires). São Paulo: LCTE Editora, 2009.
- SARAIVA, José F. S.. *Détente*, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979). In: \_\_\_\_\_. **Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**, vol. II. Brasília: IBRI, 2001.
- SARFATI, Gilberto. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SATO, Eiiti. **Economia e Política das Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SHIN, Wong. **A China explicada para brasileiros**. São Paulo: Atlas, 2008.
- SILVA NETO, Júlio Gomes da. A concorrência entre Brasil e China em terceiros mercados: o caso das empreiteiras brasileiras na África Portuguesa. In: **Nós e a China: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul** (Orgs.: Luís Antonio Paulino e Marcos Cordeiro pires). São Paulo: LCTE Editora, 2009.
- TREVISAN, Cláudia. **China: o renascimento do Império**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. **A política externa do Japão no final do século XX: o que faltou? – São Paulo: Annablume: Fundação Japão, 2003.**
- VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, vol. 19, n. suplementar, p. 57-79, 2011.
- VAÏSSE, Maurice. **As Relações Internacionais depois de 1945**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo: conceito e história**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **As relações diplomáticas da Ásia:** articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

\_\_\_\_\_. **As relações internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Da Guerra Fria à Crise.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **O mundo pós-guerra fria:** o desafio do (ao) “Oriente”. Porto Alegre: Leitura XXI, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; RODRIGUES, Gabriela. **O dragão chinês e os tigres asiáticos.** Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WOLKNER, Antônio Carlos. **O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional.** São Paulo: Ática, 1989.

XINSHENG, Zhang; SHAOXIAN, Li. O novo clima de cooperação entre a China e a América Latina. In: **Ásia, América Latina, Brasil: a construção de parcerias** (Org. Lytton L. Guimarães). Brasília: UnB, 2003.

ZAKARIA, Fareed. **O mundo pós-americano.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.